

Prazo acabou: 14 disputam o Planalto

DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou que terminou ontem o prazo para realização de convenções para a escolha de candidatos à Presidência da República. O partido que não fez sua convenção perdeu o direito de indicar candidato próprio ou registrar coligação com outro partido. Até sexta-feira, o TSE foi informado da existência de 14 candidatos escolhidos em convenções de 16 partidos.

O número de candidatos ainda não é definitivo porque, dos 36 partidos políticos registrados no Tribunal — 12 em definitivo e 24 com inscrição provisória — apenas três (PHN, PNA e PND) não fizeram convenção. O PS, o PTN e o PNAB devem apresentar esta semana as atas das convenções, com indicação dos candidatos próprios, segundo informações da Divisão Eleitoral do TSE. O PS pretende lançar o Deputado estadual Alcides Fonseca (RJ). O PTN pensa in-

dicar Ajanir Azevedo, também Deputado estadual pelo Rio. O TSE não recebeu informações sobre o candidato do PNAB.

A partir de agora, os partidos só podem indicar candidatos à sucessão se os escolhidos em convenção desistirem ou morrerem. Quem quiser pode também desistir e se coligar a outro partido, sem apresentar novo candidato. Em caso de desistência, o TSE aponta apenas um problema: se algum candidato decidir não participar a partir de 15 de outubro, seu nome constará da cédula eleitoral. Na hipótese de o partido que ele representa querer lançar outro candidato, o indicado concorrerá sem seu nome na cédula e receberá os votos destinados ao seu antecessor, ou seja, o que desistiu. A Justiça eleitoral reconhece que isso pode gerar confusão mas não há outra saída. Pelo menos, a lei não prevê.

Para o TSE, o transtorno maior será se algum candidato desistir da disputa entre 15 de setembro de 15 de outubro, quando as cédulas eleitorais já estarão prontas. Isso signifi-

cará trabalho dobrado para confeccionar 150 milhões de cédulas e distribuir a todos os Estados e municípios.

Pelo menos até agora, nenhum candidato escolhido em convenção falou em desistir. Todos pensam em registrar suas candidaturas até 17 de agosto, prazo final de inscrição e definição de horário gratuito na TV, cuja distribuição varia de acordo com o número de parlamentares do partido.

O campeão em tempo na TV é o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, com 22 minutos; em segundo, Aureliano Chaves, do PFL, com 16 minutos; em terceiro, há cinco candidatos: Paulo Maluf (PDS), Affonso Camargo (PTB), Lula (PT), Brizola (PDT) e Mário Covas (PSDB), todos com dez minutos; Ronaldo Caiado (PSD), Roberto Freire (PCB), Fernando Collor de Mello (PRN), Afif Domingos (PL), têm cinco minutos; e os candidatos Paulo Gontijo (PP), Armando Corrêa (PMB) e Antônio Pedreira (PPB) têm 30 segundos.

PRN

FERNANDO COLLOR DE MELLO — ingressou na política em 1979, como prefeito de Maceió nomeado pela Arena, partido que dava sustentação ao regime militar. Era o que se chamava de prefeito "bionico" — indicado pelo governo e não eleito pela população. Sua primeira eleição foi para deputado federal pelo PDS em 1982. Votou em Paulo Maluf da eleição do calégio eleitoral em 1985 e depois foi para o PMDB, partido que o elegeu governador do Estado de Alagoas, em 1986. Quando a Constituinte aprovou cinco anos para o governo Sarney, desligou-se do partido.

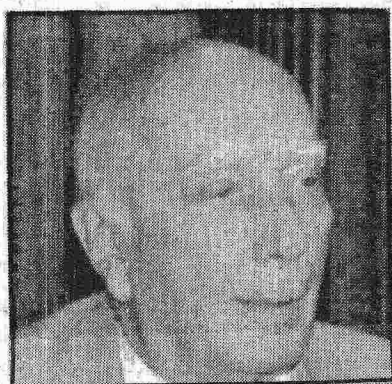
Nos 26 meses que permaneceu no governo de Alagoas, ganhou notoriedade como o caçador de marajás e oposição ao governo Sarney, bandeira que o levou ao índice de 43% nas pesquisas eleitorais há menos de 60 dias.



PDT

LEONEL BRIZOLA — Não é o mais velho dos candidatos — tem 67 anos, contra 72 do candidato do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães —, mas é seguramente o mais antigo pretendente ao cargo de Presidente da República. Ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Deputado estadual e federal, o engenheiro Leonel de Moura Brizola tenta, este ano, o que não conseguiu em 1965: concorrer ao Palácio do Planalto. Favorito de todas as pesquisas no início do ano, Brizola foi ultrapassado pelo fenômeno Fernando Collor de Mello, candidato do PRN. No entanto, Brizola — que terá dez minutos no horário gratuito do rádio e da televisão — continua sendo um dos mais fortes candidatos ao segundo turno. No entanto, Brizola encontra muitas dificuldades entre os eleitores paulistas e mineiros.

PMDB



ULYSSES GUIMARÃES — É o mais idoso — tem 72 anos — dos candidatos e terá mais tempo na TV para expor ao eleitorado seu programa de governo. Um ponto contra sua candidatura é a vinculação ao Governo Sarney, marca que tentará apagar durante a campanha. O "dr. Ulysses", título que lhe conferiram, apesar de não ser médico, é conhecido também como o "sr. Diretas" e "sr. Constituinte", respectivamente, pela campanha das "Diretas, Já", em 1984, e por ter sustentado a elaboração do novo texto constitucional.

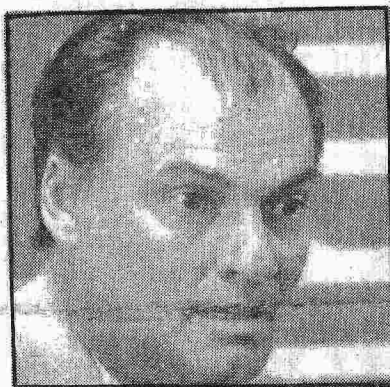
PDS

PAULO MALUF — Disputa eleições para cargos majoritários desde 1985 e nada ganhou. Em 1984 perdeu para Tancredo Neves a eleição para Presidente. O PDS foi dividido para a disputa e sua dissidência, a Frente Liberal, ficou com Tancredo. Em 1986, Maluf concorreu ao Governo de São Paulo e ficou em terceiro lugar. O vencedor foi Orestes Quércia. Ano passado, embora favorito nas pesquisas de opinião, perdeu a Prefeitura de São Paulo para Luiza Erundina.

PFL

AURELIANO CHAVES — É o candidato que manteve contatos mais estreitos com os Governos militares. Foi Vice-Presidente do General João Batista Figueiredo e se classifica como co-responsável pelo movimento de 1964. Desde 1984 tenta ser candidato. No PDS, não conseguiu. Rompeu com o partido e foi para o PFL apoiar Tancredo Neves. Em troca, recebeu o Ministério das Minas e Energia. Terá 13 minutos na propaganda eleitoral gratuita.

PCB



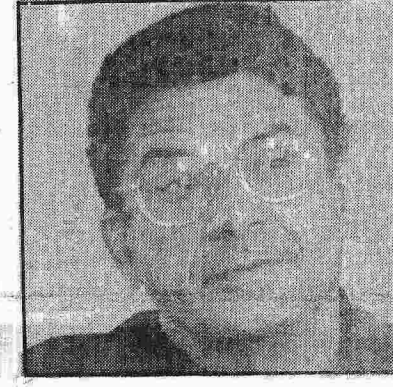
ROBERTO FREIRE — O Deputado Roberto Freire, pernambucano de Recife, ex-peemedebista, líder comunista na Câmara, terá cinco minutos no rádio e na televisão para apresentar seu programa de governo. Entre suas propostas, estão a defesa do sistema unificado de saúde e o fortalecimento da empresa nacional. Na Constituinte, o candidato do Partido Comunista Brasileiro defendeu a desapropriação da propriedade improdutiva mas votou contra a anistia para os microempresários endividados em virtude do Plano Cruzado.

PSD



RONALDO CAIADO — Médico e fazendeiro, Ronaldo Caiado usa com frequência expressões como "cirurgia", "diagnóstico" e "quadro clínico". A partir de 1985, quando fundou e tornou-se o primeiro Presidente da União Democrática Ruralista (UDR) — hoje está licenciado do cargo —, passou a ter uma atuação marcante na política, sobretudo durante os trabalhos da Constituinte, quando torpedeou a reforma agrária.

PTB



AFFONSO CAMARGO — Com 60 anos, cumpre seu primeiro mandato como senador eleito pelo voto direto, embora esteja no Legislativo desde 1979, quando ingressou como senador bionico pelo Paraná. Ex-PMDB, auxiliou a coordenação das "Diretas Já", em 1984, e foi secretário político de Tancredo Neves durante a campanha para a Presidência da República. Nos primeiros oito meses do Governo Sarney, foi Ministro dos Transportes. Depois, deixou o cargo para disputar uma vaga no Senado e foi eleito com 1.365.000 votos.

PL-PDC

GUILHERME AFIF DOMINGOS — Foi o terceiro Deputado federal mais votado em 1986, com 508.381 votos. Formado em Administração de Empresas, seu tema predileto é a livre iniciativa, ponto que defenderá se for eleito Presidente. Em 1984, foi responsável pela mobilização do empresariado para a elaboração do estatuto da microempresa. Em 1985, formou o Movimento de Defesa do Contribuinte. Na Constituinte, defendeu a redução de impostos.

PCB

PAULO GONTIJO — Ao contrário de todos os candidatos, Paulo Gontijo nunca foi engajado na política. Decidiu concorrer à Presidência da porque acredita ser "um bom administrador, o que está em falta na política". Inspirado no Presidente Juscelino Kubitschek, cuja campanha previa 50 anos em cinco, Gontijo lançou o slogan "PG: cem anos em cinco". Se JK fez 50 anos na década de 50, na década de 90, o candidato do PP promete fazer o dobro.

Arte/Jane

Cédula eleitoral

Nome	Vice	Partido	Tempo
☐ Fernando Collor de Mello	Itamar Franco	PRN	10m
☐ Leonel Brizola	Fernando Lyra	PDT	10m
☐ Luís Inácio Lula da Silva	José Paulo Bisol	Frente Brasil Popular (PT-PSB-PCdoB-PV)	10m
☐ Mário Covas	Roberto Magalhães	PSDB	10m
☐ Paulo Maluf	Bonifácio de Andrada	PDS	10m
☐ Ulysses Guimarães	Waldir Pires	PMDB	22m
☐ Aureliano Chaves	Cláudio Lembo	PFL	16m
☐ Guilherme Afif Domingos	Aluísio Pimenta	PL-PDC	5m
☐ Roberto Freire	Sérgio Arouca	PCB	5m
☐ Ronaldo Caiado	Camilo Calazans	PSD	5m
☐ Affonso Camargo	Faria Lima	PTB	10m
☐ Paulo Gontijo	Luis Paulino	PP	30s
☐ Antônio Pedreira	Não escolhido	PPB	30s
☐ Armando Corrêa	Agostinho Linhares	PMB	30s

PT-PV-PC do B-PSB

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

— Nascido em Garanhuns (PE), ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva começou a aparecer no cenário político a partir de 1978, quando organizou a primeira grande greve dos metalúrgicos, no fim do Governo do Presidente Ernesto Geisel. Foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e participou da organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1982, disputou o Governo de São Paulo e perdeu para André Franco Montoro, que era do PMDB e hoje é o Presidente do PSDB. Em 1986, Lula foi o Deputado federal mais votado do País, com 652 mil votos, concorrendo pelo PT de São Paulo. No Congresso Constituinte, o Deputado Lula defendeu o direito de greve, a licença-maternidade de 120 dias, férias acrescidas de um terço do salário e turno de seis horas, entre outras propostas.

PSDB

MÁRIO COVAS — O candidato do PSDB terá dez minutos no horário gratuito de propaganda eleitoral na TV e espera até 17 de agosto chegar aos 13 minutos, com a adesão de mais três parlamentares ao seu partido. O "tucano" Mário Covas destaca-se como o político mais votado nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados e o Senado, em 1986, quando foi eleito com 7.789.667 votos para o Senado, pelo seu antigo partido, o PMDB.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, Covas defendeu quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney e o regime parlamentarista, sistema de governo que promete implantar no País, caso seja eleito Presidente da República, em 15 de novembro. Como programa de Governo, vem defendendo a moratória (suspensão dos pagamentos) da dívida externa.